

-----ACTA N.º  
04-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE

22 JUNHO-----Aos vinte e dois dias do mês de Junho de 2009,  
pelas 21.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão ordinária, no  
Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de  
Trabalhos:-----

-----**1.º Ponto** - Discussão e Votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de  
Investimentos da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2009, nos termos da alínea b)  
do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual  
redacção;-----

-----**2.º Ponto** – Autorizar a Câmara Municipal de Torres  
Vedras à repartição encargos para apoiar a instalação de Campos Relvados, nos termos do art.º 22 do  
Decreto Lei 197/99, de 8.06, na sua actual  
redacção;-----

-----**3.º Ponto** – Discussão e votação da proposta de implementação de ARU (Área de Reabilitação  
Urbana) para o Centro Histórico de Torres Vedras, ao abrigo do n.º 24 do art.º 71.º do Decreto Lei  
n.º 215/89, na sua actual  
redacção;-----

-----**4.º Ponto** -  
Autorizar, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual  
redacção, a adesão do Município de Torres Vedras à ECOS – Associação para a Competitividade e  
Inovação na Energia e Construção Sustentáveis;-----

-----**5.º Ponto** -  
Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da actividade Municipal, nos  
termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual  
redacção;-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves  
Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo  
Secretário).-----

-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a  
indicar:-----José Afonso das Neves Carneiro Santos, José Augusto Clemente de  
Carvalho, João António Flores Nunes da Cunha, Laura Maria Jesus Rodrigues, Marco Henriques  
Claudino António Carlos Nunes Carneiro, José Augusto Nozes Pires, José Manuel Rosa Correia,  
Dalila do Carmo M. J. Carvalho, António João Leal da Costa Bastos, Jorge Henrique Horta Ferreira,  
Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, José António do Vale Paulos, José Alberto Ferreira Menino, Gonçalo  
Filipe Carvalho Patrocínio, Hugo Miguel Fernandes Martins, Francisco Cruz Branco da Silva, Maria  
João de Carvalho Franco Roque Alves, Paulo Adelino Esteves Gonçalves, Hugo Gerardo Fernandes  
Pereira Silva Lucas, Ana Rita Pereira Antunes, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria  
Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás,

Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Orlando Manuel Coelho Ramos, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, Horácio Orlando da Silva, João António Gomes Varela, António Paulo Veloso Martins Bento, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Susana Maria Ribeiro Neves, Rui José Prudêncio e Artur Manuel da Silva e Costa.-----

Faltaram os membros Luís Pedro Saldanha Miranda, Paulo Jorge Marques Marreneca, Nuno Ricardo Nunes Pereira, José António Margaça e Carlos Alberto Lopes Veloso -----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rita João Maya Gomes Sammer, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Sérgio Paulo Matias Galvão, e Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

-----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** iniciou a sessão com saudações cordiais e democráticas aos candidatos aos Órgãos do Município e das Freguesias nas próximas eleições, desejando que tenham os melhores sucessos.-----

**APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES:**

-----O Sr. Presidente da Mesa informou que a acta n.º 3 de 27.04.09, que foi previamente distribuída por todos os membros, encontrava-se na mesa a fim de se efectuarem eventuais correcções.----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento não se tendo registado alterações.-----

**LEITURA DA**

**CORRESPONDÊNCIA:**-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documentos sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados oito documentos que a seguir se indicam: -----

**DOCUMENTO**

**1:**-----Presente  
ofício número 790/09, da Comunidade Intermunicipal do Oeste, de 28 de Abril último a enviar o Relatório de Actividades e Prestação de Contas de 2008 da Associação de Municípios do Oeste.-----

**DOCUMENTO**

**2:**-----Presente  
ofício número 31007, da Infarmed, Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., de 17 de Junho, a remeter esclarecimentos em resposta à missiva do Órgão Deliberativo sobre o encerramento de Farmácias nas Freguesias de Carmões, Carvoeira e Maxial do concelho de Torres Vedras.-----

**SUSPENSÃO DO MANDATO:**-----

**DOCUMENTO**

**3:**-----E-mail de Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, de 8 de Maio último, o qual, ao abrigo do art.º 77 da lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção solicita a suspensão do seu mandato até ao final do mesmo, uma vez que, por motivos profissionais, terá que se ausentar da região por um período superior a 6 meses. Informa ainda que será substituído pelo membro José Afonso das Neves Carneiro dos Santos na liderança do Grupo Municipal do Partido Social Democrata.-----

-----Tendo a Assembleia Municipal autorizado este pedido, o Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino*, informou que a vaga foi preenchida de acordo com o estipulado no n.º 1 do art.º 79, e nos termos do n.º 4 do art.º 76, ambos do citado diploma, tendo sido convocada a Sra. Ana Rita Pereira Antunes, a quem saudou, convidando-a a tomar o seu lugar.-----

**SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:**-----

**DOCUMENTO 4:**-----

-----E-mail de Pedro Ribeiro Mucharreira, de 19 de Junho, a solicitar a sua substituição ao abrigo da lei vigente, devido à sua indisponibilidade por razões pessoais.-----Foi convocado e encontrava-se presente o Sr. Artur Manuel Silva e Costa.-----

**DOCUMENTO 5:**-----

-----E-mail de Ana Elisa Pedreira Martins, de 12 de Julho, a informar que, por motivos profissionais, estará ausente entre os dias 14 e 24 de Julho, pelo que solicita, ao abrigo da lei a sua substituição.-----Foi convocada e encontrava-se presente Susana Maria Ribeiro Neves.-----**DOCUMENTO**

**6:**-----

-----Presente e-mail de Luís Pedro Saldanha Miranda, de 17 de Junho, a informar que por motivos profissionais, estará ausente de 18 a 24 de Junho, pelo que solicita a sua substituição ao abrigo da lei vigente.-----

-----Foi convocado e encontrava-se presente Rui José Prudêncio.-----

**SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DA ALÍNEA C) DO ART.º 38.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:**-----

**DOCUMENTO 7:**-----

-----Presente ofício número 37/09, da Junta de Freguesia de Outeiro da Cabeça de 18.06 a comunicar que o Presidente José Manuel Antunes, por motivos pessoais, será representado pelo Sr. Orlando Manuel Coelho Ramos.-----

**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----

**DOCUMENTO**

**8:**-----Presente fax, de Gonçalo Patrocínio, de 6 de Maio último, a solicitar justificação de falta à sessão ordinária de 27 de Abril, por motivos profissionais.-----

**DOCUMENTO**

**9:**-----Presente e-mail da Junta de Freguesia de Freiria, desta data, a informar que, por falecimento de familiar, o seu Presidente Paulo Marreneca, não pode participar na sessão.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida, e aceitou as justificações de faltas apresentadas.-----

-----Teve início o Período Antes da Ordem do dia.-----

**20.<sup>a</sup> EDIÇÃO DO OESTE**

**INFANTIL:**-----A *Sra. Laura Rodrigues* enalteceu o evento em título, no qual trabalharam 1300 pessoas das quais a grande parte não foi remunerada, e contou com a presença de cerca de 20.000 crianças visitantes.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**REQUALIFICAÇÃO DA ORLA COSTEIRA - AZENHA DE SANTA CRUZ:**-----

A *Sra. Laura Rodrigues* deu nota da inauguração do monumento em epígrafe, no dia 21 de Junho, tendo sido visitado por 2000 pessoas. Expressou os parabéns à equipa responsável pela obra assim como toda a população torriense que ficou mais rica com esta óptima requalificação do património torriense.-----

O autarca *Paulo Bento* começou com um agradecimento especial às palavras amáveis do Presidente da Assembleia Municipal aos candidatos às próximas eleições autárquicas.-----Depois manifestou também a sua satisfação com a obra em título, a qual o deixa orgulhoso enquanto torriense. No entanto lamentou que nesta requalificação tenham sido gastos milhares de contos a mais, por inépcia, incompetência ou descuido da Câmara Municipal, nas obras que executou em terrenos de particulares.-----

-----Referiu-se concretamente à parte de cima dos passeios junto ao monumento Júlio de Barros, conflito que esteve em tribunal e que custou ao erário público uma quantia avultada, a qual poderia ter sido investida noutro lado.-----

-----No que se refere à obra ter sido mais cara o *Sr. Presidente da Câmara* assegurou que o autarca

estava enganado. Supõe que se está a referir aos terrenos do parque de estacionamento em frente ao restaurante “Vela de Ouro”, que foram alvos de uma acção em tribunal, tendo sido no seu mandato que se conseguiu chegar a um acordo, mas sem se reconhecer a propriedade. Nunca interferiu nas obras nem as encareceu.-----O

Autarca **Paulo Bento** interveio novamente para dar nota que o processo vindo de trás não estava resolvido em tribunal. Caso tivesse sido dado razão aos proprietários, tinham sido investidos fundos comunitários em terrenos privados, o que significava ter que se devolver o dinheiro.-----Reforçou que a Câmara, e bem, teve que chegar a um acordo, mas a obra custou mais dinheiro do que devia.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

### **PROGRAMA QUALITY COAST – CERTIFICAÇÃO PARA DESTINOS TURÍSTICOS COSTEIROS**

**SUSTENTÁVEIS:**-----O membro **Laura Rodrigues** começou por ler um excerto de um artigo intitulado “ litoral do concelho certificado” para dar nota que o município de Torres Vedras recebeu, no passado dia 27 de Maio o galardão em título a par do município de Aveiro, pelo desempenho no desenvolvimento sustentável nas linhas de costa, sendo as duas únicas zonas costeiras do país reconhecidas no território nacional.-----

-----Deu nota ainda que o galardão recebido será hasteado na Praia de Santa Cruz Centro.-----

-----O autarca **Paulo Bento** também se congratulou com este galardão recebido pelo município, contudo lamentou que às portas da cidade o Vale da Azenha continue sem esgotos tratados. Entende que o ambiente não é só a orla costeira, mas é também e sobretudo, onde vivem as pessoas.-----O **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu as intervenções do membro Laura Rodrigues.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

### **REQUALIFICAÇÃO DA EN9 /MORADORES DO TREZE:**-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento** começou por lamentar que não tenha sido avisado, como tem sido prática ao longo destes anos, tendo presente a proximidade dos Presidentes de Junta com os cidadãos, de visitas ao Treze por parte do Vereador Carlos Bernardes, com o intuito de resolver os problemas destes moradores que ele próprio trouxe para discussão neste órgão.-----Tendo sido avisado por um morador, no sábado passado deslocou-se ao local onde constatou que uma parte da proposta do Vereador ia no sentido de implementar uma passadeira 150 m mais à frente do que tinha

sido sugerido na Assembleia Municipal há 2 meses atrás.-----Fez notar que na altura foi dito que não era possível meter passadeiras, nem semáforos, ficaram de estudar uma solução e agora a proposta era similar mas para ser implementada junto à Coopertorres.-----

-----Deu nota que hoje recebeu um ofício do Vereador, que esteve no local com técnicos da EP, a informar que vai ser estudada nova alternativa para colocação de abrigo de passageiros, para o qual pedem mais um mês e que entretanto a Câmara Municipal vai fornecer um mini-autocarro, de meia em meia hora, para ir buscar as pessoas.-----

-----Defendeu que uma resolução futura deste problema, para além do que já foi enunciado, deve incluir também um passeio até Torres Vedras, para evitar que as pessoas se desloquem a pé em cima do separador central, tal como já presenciou.-----

-----Registou que de facto a obra começou mal, não vê a curto prazo que todos os problemas possam ser corrigidos e pensa que os Moradores do Treze têm sido muito pacientes com a Estradas de Portugal.-----

-----Assim entende que os órgãos da autarquia se devem impor quanto a esta matéria.-----Manifestou ainda a sua incompreensão por ver o edil e o Vice Presidente dizerem nas Revistas Municipais que a 4.ª faixa vai começar e que se prevê que a obra esteja pronta em Setembro, quando os problemas do Treze e da entrada do Paúl estão longe de estarem resolvidos.-----

-----Para terminar, em nome da Junta e dos habitantes daquela zona, solicitou que haja mais firmeza e exigência na resolução destes problemas.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa**, informou que tinha entregue à Mesa da Assembleia um documento ilustrado com a situação EN9 na freguesia que preside, após ter sido informado pelo empreiteiro e pela EP que a obra é para ficar como está.-----

-----Elencou alguns dos problemas que necessitam de intervenção e questionou se é verdade que uma obra de €3.500.000 vai ficar assim por falta de verbas e ainda se existe alguém da Câmara Municipal a acompanhar os trabalhos.-----

-----Lamentou que se esteja a construir a 4.ª faixa com dinheiro que era para os trabalhos mais.-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia de S. Pedro da Cadeira, **Sr. João Varela** deu nota que na Coutada existem três troços onde a EN9 foi alargada e as bermas desapareceram, e existem cerca de 50cm até aos muros com um desnível de 30/40 cm porque o alcatrão está mais elevado.-----

-----Também falou com o responsável da EP que o informou que a verba esgotou, pelo que urge encontrar uma solução para todos estes problemas.-----

-----Para reforçar a sua intervenção na última sessão onde alertou que a rotunda dos Matos Velhos deveria estar em frente ao

cruzamento da estrada do Paúl, interveio o membro **João Bastos**, dando nota dos transtornos que causa às pessoas que utilizam os autocarros vindos de Santa Cruz, uma vez que têm que contornar a rotunda de Matos Velhos, entrar no Paúl e voltar a sair e contornar novamente a rotunda da Fonte Grada para chegar a Torres Vedras.-----O **Sr. Presidente da Câmara** começou por lembrar que há dois anos atrás a grande exigência no que se refere à requalificação da EN9 era que as obras se iniciassem, que passou depois para a “luta” da 4.ª faixa. Ao longo destes anos ninguém se preocupou em ver se o projecto, tinha entre outros passeios, bermas ou rotundas.-----

Lembrou ainda que os Presidentes de Junta por onde passa a EN9, foram sempre informados de todos os desenvolvimentos através de officios.-----

Anotou que entre a Estradas de Portugal e a autarquia tem havido, desde o início, grande colaboração no sentido de resolver todos os problemas que foram surgindo.-----

Anotou ainda que o problema da 4.ª faixa está resolvido, mas não sabe nem tem obrigação de saber quanto custa, mas se é dentro da mesma empreitada é fácil fazer as contas.-----

O que sabe é que também foi resolvido o problema da Bordinheira, no qual a EP concordou que era preferível colocar uma rotunda, mas desde logo disseram que não tinham verba e teria que ser construída através de uma parceria com a autarquia. O mesmo aconteceu quanto aos passeios na Coutada e com a demolição de uma casa na Ponte do Rol.-----

Não pode dizer mal da EP, porque têm colocado questões que eles têm resolvido, mas também não pode dizer que resolvem tudo ao contento da Câmara.-----

Abordando a questão do Treze, lembrou o autarca Paulo Bento que na última sessão da Assembleia disse que o problema resolve-se com a colocação de uma passadeira e sinais semafóricos, solução que não foi aceite pela E.P.-----

Caso a Estradas de Portugal aceite que a solução é a passadeira, não será por falta de verbas que não serão colocados os sinais porque a Câmara Municipal assumirá esta despesa.-----

Concorda que a passadeira junto à Coopertorres é demasiado longe para os Moradores do Treze, os quais têm que se deslocar 150m na berma da estrada em más condições, mas a posição da EP foi que mais atrás não tinham terreno.-----

Deste modo, ficaram de estudar a melhor solução, técnica e de segurança, uma vez que têm receio que a passadeira junto ao Treze, acarrete mais riscos para as pessoas, por se encontrar muito em cima da curva.-----

Entretanto e para que se acautele a segurança das pessoas o Vereador Carlos Bernardes assumiu o compromisso de, neste período, colocar ao serviço destes moradores uma carrinha, durante os 5 dias da semana o dia inteiro e aos sábados de manhã, para o qual ainda têm que aferir a frequência dos

percursos.-----

----Lembrou ao autarca Paulo Bento, que a situação que se está a viver no Treze é igual à que se vive no Paúl, no que concerne às paragens de autocarro e do separador central, não tendo esta questão sido levantada por ele, mas que também será resolvida.-----

----Reiterou que tem havido muito diálogo e colaboração com a EP, e a Assembleia é soberana para tomar as decisões que entender, mas esta postura tem que ser reconhecida.-----

----Por último e no que se refere à intervenção do membro João Bastos declarou que estava de acordo que era preferível uma rotunda no Paúl a uma nos Matos Velhos.-----O autarca **Paulo Bento**, considerou grave o Presidente da Câmara dizer que não teve a preocupação de ver um projecto que existe há 9 anos, uma vez que é o Executivo tem a obrigação de velar pelos interesses do seu concelho, apesar de não executar a obra.-----

Disse também não ter percebido qual o projecto a que o edil se refere, uma vez que há dois meses atrás anunciou a 4.º faixa a implementar no mesmo traçado, com separador retráctil, mas no seu lugar está um monte de betão.-----

Afirmou que quem está do lado de lá da bancada, quem não tem acesso às negociações, nem aos vários projectos que vão sendo alterados, não pode ser responsabilizado na inépcia de não se ter visto os disparates do mesmo.-----

Considerou mais grave ainda o edil ter dito que não se pronunciou sobre a questão rodoviária no Paúl, o que não fez porque os autocarros continuam a circular dentro da localidade. Depois desta informação tinha que lamentar que já não bastava terem retirado o acesso directo à rotunda, como agora vão obrigar os seus habitantes a caminhar centenas de metros para irem para suas casas, o que transmitirá aos moradores, para que façam o que entenderem.-----

O Autarca **Pedro Vasa** reiterou a sua questão quanto ao acompanhamento da obra por parte de técnicos da autarquia.-----

Concordou que quer o empreiteiro, quer os técnicos da EP têm sido prestáveis e rápidos a resolver as questões que são colocadas.-----

Reafirmou que é o facto da 4.ª faixa ser construída com o montante das obras a mais, que vai fazer com que a Ponte de Rol permaneça no estado em que está.-----

Lembrou que há dois anos atrás questionou sobre o assunto, mas o edil respondeu para deixar que a obra chegasse, que depois arranjariam solução para o que fosse necessário.-----

O membro **Paulo Gonçalves** considerou que não se podem aligeirar as responsabilidades para os outros, dado que é o Partido Socialista que detêm a maioria e os pelouros e se para o bem recebe elogios para o mal deve aceitar as

críticas.-----Tomou de novo o uso da



palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, esclarecendo que a Câmara Municipal não tem qualquer tipo de fiscalização sobre a obra nem poderes para o efeito.-----Defendeu que o interesse da Câmara é igual à dos Presidentes de Junta, e é por gentileza que a Estradas de Portugal fornecem elementos. Não podem abordar a Câmara como se fosse um projecto conjunto.-----

----Quanto à intervenção do membro Paulo Gonçalves fez notar que a Câmara Municipal não só tem aceitado as críticas, como tem procurado resolver no sentido de satisfazer as pretensões das populações, e os autarcas que têm a EN9 a passar pelo seu território são testemunhos disso. Como tudo, nem sempre se consegue chegar a todo o lado.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

### **PROTOCOLO FINANCIAMENTO – POLÍTICA DE CIDADES – PARCERIAS PARA A REGENERAÇÃO**

**URBANA:**-----Em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista o *Sr. José Augusto de Carvalho* referenciou o bom exemplo do protocolo em título, o qual tem um significado que transcende o comum dos actos desta natureza.-----Salientou que se destina à regeneração urbana do Centro Histórico, onde devem radicar a identidade de torrienses, tem uma lógica de parcerias, e tem um valor significativo.-----Fez uma breve retrospectiva sobre a criação em 1987 do Gabinete Técnico Local, anotando o trabalho, ao tempo, desenvolvido pelo colega João Bastos, o Plano de Salvaguarda aprovado em 1992, a área crítica da recuperação e reconversão urbanística criada em 2000, e a revisão do plano que está em curso.-----

Especificamente quanto ao protocolo, que visa regenerar, requalificar o espaço público, valorizar o ambiente urbano, estimular o desenvolvimento económico, social e cultural, tendo em conta que envolve para além da Câmara, seis instituições parceiras, salientou que há um acervo de razões para considerarem esta operação modelar e exemplar.-----

Formulou votos de que o protocolo se concretize, endereçando ao edil e à Câmara Municipal de Torres Vedras parabéns, estando certo que o vai conduzir a bom termo.-----O Presidente da Câmara agradeceu as palavras do membro.-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

### **REQUERIMENTO SOBRE POLIPTÍCO DA GUERRA PENINSULAR – PROCESSO DE AVERIGUAÇÕES:**-----

----O membro *Flores da Cunha* começou por referir que em 12.06.09 deu entrada a um

requerimento sobre o assunto em título, e não tendo o mesmo sido lido na correspondência recebida, questionou se o Presidente da Assembleia tinha conhecimento do mesmo.-----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino**, confirmou que o requerimento estava a seguir os trâmites necessários para lhe dar resposta, contudo o membro também podia neste período, colocar as questões.

-----O **Sr. Flores da Cunha** antes de ler o documento informou que o enviou porque em Maio último questionou o Presidente da Assembleia sobre o andamento do processo, tendo sido aconselhado a colocar a questão por escrito. -----O **Sr.**

**Presidente da Câmara** informou que o documento tinha chegado às suas mãos à tarde, e dará a resposta por escrito. No entanto adiantou que o processo de averiguações interno foi inconclusivo, pelo que seguiu para o Ministério Público, que o remeteu para a Polícia Judiciária.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **PROGRAMA PARES – PROGRAMA DE ALOJAMENTO DA REDE DE EQUIPAMENTOS**

**SOCIAIS:**-----A **Sra. Susana Neves**, congratulou-se com a aprovação das candidaturas do Centro Social de São José, Lar de São José, Associação de Socorros do Turcifal e Centro Comunitário de Torres Vedras ao programa supra referenciado, enaltecendo as actividades destas instituições.-----

-----Realçou também a IPSS Associação Lar Nossa Senhora da Luz, que em 2008 através de uma candidatura, conseguiu a angariação de €500.000 para a freguesia de A-dos-Cunhados, nomeadamente para alargamento do lar e para alargamento e melhoramento do apoio domiciliário.--

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **PROGRAMA**

**PROHABITA:**-----A **Sra. Susana Neves** enalteceu a candidatura da autarquia ao programa em título, que envolveu um trabalho interdisciplinar e intersectorial por parte de alguns serviços camarários, de grande mérito e se destina à reabilitação e recuperação de 56 fogos em 5 edifícios no Bairro Boavista/Olheiros.-----

-----Referiu a tarefa complicada que será trabalhar com as pessoas a viverem nestes fogos e questionou como irá ser feita a gestão e acompanhamento dos mesmos após a conclusão das obras.-----O **Presidente da Câmara** agradeceu as referências.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### **GALERIA**

**MUNICIPAL:**-----O **Sr.**

**Paulo Gonçalves** questionou se a Galeria Municipal tem adquirido obras de arte, quais os critérios que presidem à aquisição e se existe um inventário das obras.-----

Questionou igualmente se tem sido solicitado aos artistas que expõe na galeria doação de obras, se existe um inventário das mesmas e ainda se existe um regulamento para o procedimento.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** informou que desde o início da galeria que os artistas que expõem são incentivados/convidados a doar uma obra ao município.-----

Mais informou que nesta sequência a Câmara Municipal já possuiu algum espólio, que está espalhado pelos vários edifícios camarários e tem também comprado algumas, dando nota das obras recentemente adquiridas.-----

----Informou ainda que existe um inventário de todas as obras que foram doadas e adquiridas. ----

----O Membro **Paulo Gonçalves** disse que o procedimento para a doação de obras descrito pelo presidente era ambíguo e pouco claro considerando que deveria haver um regulamento.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** declarou que a opinião do membro não é a sua e face ao procedimento que a autarquia adopta não é aconselhável regulamentar. Disse ainda que têm tido sucesso, sendo prova disso a Câmara Municipal ter três galerias que estão a programar a

dois anos de distância.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**FAIXA LITORAL - SANTA CRUZ NORTE -**

**OBRAS:**-----O **Sr. Francisco Branco** interveio para destacar as pequenas obras que têm sido executadas pela autarquia, salientando a importância que tem para a zona a requalificação da Ribeira da Estacada, que dignifica um espaço que estava abandonado. Espera que venha a ser uma futura área de lazer, muito necessária a Santa Cruz norte.-----

----Realçou também a ligação que foi feita entre as Praias Centro e Navio (1,2 Km) com a construção de uma passadeira de madeira, o qual facilita a circulação dos utentes da praia.-----

O **Presidente da Câmara** agradeceu a menção.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----De seguida e nos termos no art.º 19-A do Regimento foi dada a palavra ao público.-----

**REQUALIFICAÇÃO DA EN9 -MORADORES DO TREZE - SEPARADOR**

**CENTRAL:**-----O Município **Armando Esperança**, interveio em representação dos Moradores do Treze começando por agradecer a boa vontade da autarquia em oferecer os transportes gratuitos aos moradores. No entanto, colocou algumas dúvidas quanto aos horários, uma vez que há pessoas

que vão para o trabalho às 7.00h.-----Aproveitou para alertar que devia ser alargada a entrada para o Treze a qual é muito estreita, e não permite a entrada de veículos de grandes dimensões, caso seja necessário.-----Por último deixou a nota de que a rotunda de Matos Velhos devia ser oval, porque abrangeria também a entrada do Paúl e evitaria os problemas que tem surgido.-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que a curto prazo iriam acertar o horário dos mini-autocarros, e assegurou que não é por falta de empenho da Câmara que os problemas não se têm resolvido.-----A Assembleia municipal tomou conhecimento.-----

**PROCESSO DE OBRAS OP 2132/95 – VALVERDE -**

**SILVEIRA:**-----O Múncipe *Manuel Luís Correia* interveio no sentido de solicitar a intervenção dos serviços camarários, uma vez licenciou indevidamente um projecto da firma Aptoeste, que lhe retirou uma parte do seu terreno para acesso de viaturas.

-----Disse que na altura, sendo emigrante, se encontrava fora do país, mas tem tentado várias vezes que a Câmara resolva o problema que lhes compete solucionar, sem obter resultados.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que desconhecia o processo, mas que iria aferir a situação junto dos serviços para proceder em conformidade, após o que daria uma resposta.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Teve início o Período da Ordem do dia.-----

**PONTO 1- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS APROVADO PARA 2009, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 9652 da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de Junho a submeter o documento em título.-----

-----Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para uma breve explicação da revisão, salientando a sua ligação com o ponto dois do agendamento.-----Assim anotou a importância da discussão e aprovação por parte da Assembleia Municipal do apoio que a autarquia dá para instalação dos campos relvados, e salientou o historial desportivo da Cerca e da Coutada, cujo trabalho a nível da formação justifica este apoio.-----O líder do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, *Sr. José Afonso* começou por declarar que não está em causa a escolha dos clubes, mas a coerência com a posição do Grupo Municipal nas anteriores

deliberações dos campos relvados.-----Apesar de agora haver enquadramento orçamental, acham que não é esta a forma correcta de financiar este tipo de obras, porque se trata de investimento avultado em património que não é da Câmara Municipal, pelo que se iriam abster.-----O **Sr. Presidente da Câmara**, começou por dizer que fica grato pela abstenção do grupo, uma vez que têm sempre votado contra, o que denota que os tempos eleitorais que atravessam são muito importantes para as decisões que se tomam.-----Como não estão de acordo com este modelo, disse que gostaria de saber qual o modelo de financiamento que seria adoptado pelo PSD para municiar o concelho deste tipo de equipamentos.-----O **Sr. Flores da Cunha** lembrou que a votação inicial do Partido Social Democrata foi contra no sentido que não havia suporte financeiro no orçamento para os anos posteriores.-----Sempre afirmaram que estavam de acordo com o fomento desportivo no concelho, apenas não achavam que tinha suporte legal. A partir do momento em que no orçamento estão previstas verbas além de 2013, alteraram o sentido de voto para abstenção.-----O Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento** começou por dizer que a resposta à questão do edil está devidamente justificada e fundamentada nas actas dos últimos anos.-----

-----Reforçou que o Partido Social Democrata pretende no próximo mês apresentar as suas propostas concretas quanto a esta matéria, que irão executar, o que muitas vezes não acontece com o PS.-----São coerentes nas posições que assumem, respeitam a política da Câmara em relação aos campos relvados, mas não concordam com o mecanismo financeiro adoptado para investimento em terrenos que não são propriedade da autarquia.-----Fez uma comparação com a situação do SCUT, que ainda não tem a sua situação resolvida lembrando a diferença de actuação da autarquia que ficou com os terrenos deste clube, mencionando também o complexo desportivo municipal.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** declarou que nunca prometeu um complexo desportivo municipal, até porque o PS sempre defendeu que enquanto a sociedade civil, associações e clubes tiverem vida e conseguirem responder àquilo que são as pretensões da população, o município pode estar isento disso, e a prática tem-lhes dado razão.-----Indicou que a política traçada pela autarquia é a correcta dando como exemplo o Campeonato Municipal de Futebol de Escolas e Infantis, no qual existem 55 equipas, das quais 46 são do concelho de Torres Vedras, 5 de Mafra, 3 do Cadaval e 2 da Lourinhã.-----

-----Quanto ao SCUT, defendeu que a situação financeira a que o clube chegou, justificou a compra

dos terrenos por parte da autarquia. Assim adaptou-se o projecto que existia para as piscinas a esta realidade, e por se achar mais adequado aprovou-se a deslocação para este local.-----

-----Referiu ainda que o PSD ao votar contra, porque não concorda que se invista em propriedade alheia, demonstra que não têm confiança nos dirigentes das associações e clubes em causa.-----Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa submeteu o ponto à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria de 28 votos a favor e 13 abstenções a 3.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal de Torres Vedras aprovado para 2009, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----

Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

**PONTO 2 – AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS À REPARTIÇÃO ENCARGOS PARA APOIAR A INSTALAÇÃO DE CAMPOS RELVADOS, NOS TERMOS DO ART.º 22 DO DECRETO LEI 197/99, DE 8.06, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

-----Presente officio número 9653, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de Junho a solicitar a autorização acima identificada, para Cerca Futebol Clube e Associação Cultural Desportiva e Recreativa da Coutada.-----

-----Teve a palavra o autarca **Paulo Bento**, o qual reafirmou a posição do Partido Social Democrata quanto a este assunto definida no ponto anterior.-----

-----O **Sr. José Afonso** lamentou que o edil tenha feito uma interpretação abusiva da posição do Partido Social Democrata. Não se trata de menor ou maior confiança nos dirigentes, mas por considerarem que haveria outros caminhos de financiamento, sem ser investir esta avultada quantia de dinheiro por um período de dez anos.-----

-----Lembrou ainda que a Câmara está a assumir compromissos que ultrapassa mais do que um mandato.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que um campo relvado custa à autarquia sensivelmente €35.000 por ano e só um mecanismo destes é que permite, devido à repartição dos encargos por 10 anos, alcançar, no espaço de 5 anos, o arrelvamento de 13 campos.-----

-----Disse também ser com muito orgulho que verificou que há algumas câmaras do país a seguirem este procedimento. Não vê outra forma de salvaguardar os receios do PSD, a não ser que a Câmara Municipal adquirisse todos os campos aos clubes municipalizando as suas instalações, o que é

impensável.-----

----Reforçou que é um processo limpo, que tem dado tantos frutos que até o Partido Social Democrata deixou de votar de contra para se abster.-----O **Sr. José Correia** manifestou-se a favor das soluções e de instrumentos financeiros criados pela autarquia, no sentido de dotar os clubes do concelho das melhores instalações desportivas possíveis.-----

----Lembra que é um trabalho que vem sendo desenvolvido desde 1974/1975 com a formação do Conselho Desportivo Municipal, que vem desde essa época criando raízes e tem permitido aos clubes manter a sua actividade.-----Reforçou que a política de apoio que a Câmara tem adoptado, prezando a vida associativa nas resolução dos problema para ajudar a vida dos locais é de louvar.-----Tendo presente a relação custo/benefício com o volume de praticantes, aproveitou para dar nota que o Pavilhão B da Física é a obra mais rentável que alguma vez se fez no concelho, alertando que era urgente que num próximo mandato este clube fosse equacionado no mesmo sentido que foi adoptado para os campos relvados.-----O Autarca **Paulo Bento** interveio novamente para esclarecer que votou favoravelmente o último assunto uma vez que dizia respeito à instalação de relvado num clube da freguesia que preside, o qual está a ser devidamente rentabilizado.-----Agora iria abster-se respeitando a disciplina de voto da sua bancada.-----Quanto à relação custo/benefício mencionada pelo colega José Correia lembrou que o relvado instalado na Escola Secundária Madeira Torres, fruto de uma parceria com a Câmara, Junta de Freguesia e Janitas, é, na sua opinião, a obra mais bem conseguida na relação custo/benefício e serve toda a comunidade do concelho.-----Reforçou que o campo está ocupado o dia inteiro com mais de 1000 crianças por semana e funciona à noite e fins-de-semana. É a obra de relvados mais bem conseguida no concelho, porque é a mais utilizada e foi a que menos dinheiro custou aos cofres públicos-----Não se registaram mais intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria 28 votos a favor e 14 abstenções autorizar a Câmara Municipal de Torres Vedras à repartição encargos para apoiar a instalação de Campos Relvados na Cerca Futebol Clube e Associação Cultural Desportiva Recreativa da Coutada, nos termos do art.º 22 do Decreto Lei 197/99, de 8.06, na sua actual redacção;-----Anota-se que estavam presentes na sala 42

membros.-----

**PONTO 3 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE ARU (ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA) PARA O CENTRO HISTÓRICO DE TORRES VEDRAS, AO ABRIGO DO N.º 24 DO ART.º 71.º DO DECRETO LEI N.º 215/89, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

-----Presente ofício número 7256, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 4 de Maio último a remeter a proposta em título.-----

-----Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para fazer uma breve explanação do assunto, salientando que esta ARU permite criar instrumentos de incentivos ou de penalizações fiscais com vista à regeneração e à reabilitação urbana.-----

-----O Membro **José Augusto de Carvalho**, interveio no sentido de manifestar o apoio do Grupo Municipal do PS à proposta da Câmara, reafirmando a importância do Centro Histórico da cidade de Torres Vedras, numa lógica de identificação da imagem torriense, como um espaço charneira.-----Acrescentou que assim como tem fragilidades tem oportunidades, elencando algumas dessas oportunidades, que constam nos documentos distribuídos.-----

-----Continuou frisando que o quadro legal em vigor, e com os benefícios e isenções fiscais que podem resultar da aprovação da proposta em apreço, seria imperdoável, que não fosse tomada esta iniciativa, a qual saúdam e votam favoravelmente.-----

-----O **Sr. João Bastos** começou por agradecer a referência do colega ao Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, o qual ainda se encontra em vigor. Lembrou que o mesmo tem 20 anos, muita coisa mudou e é natural que tenha alguma desactualização.-----

-----Nesta sequência e aludindo à sua intervenção na última sessão da Assembleia Municipal sobre a o Pátio da Josefa, renovou a sugestão de ser incluído um pequeno estacionamento naquela zona no sentido de a dinamizar.-----

Lembrou ainda que, em sede de discussão do zonamento das taxas do IMI, chamou a atenção que a Zona Histórica estava na zona mais grave de taxação, quando devia ser o contrário tendo alertado para a necessidade da autarquia oficializar as entidades competentes.-----

-----Tendo presente que a ARU coincide com a área do Centro Histórico para a qual existe um Plano de Pormenor que vai entrar em discussão pública o **Sr. Flores da Cunha** inquiriu qual a previsão temporal para que ambos instrumentos entrem em vigor.-----

-----O membro **Gonçalo Patrocínio** congratulou-se com a proposta em discussão, e direccionou a sua intervenção no sentido da dinamização, não só cultural e turística mas sobretudo económica, propondo que a Câmara Municipal fosse mais ambiciosa na redução da taxa do IMI, até porque se conclui que mais de 50% da população da zona



em causa tem mais de 65 anos de idade.-----No que se refere à isenção do IMT mencionada nos documentos, questionou a possibilidade de se estender à primeira aquisição para efeitos comerciais ou instalação de escritórios e serviços, no sentido de dinamizar o comércio local e serviços. -----Fez também algumas considerações em relação à possibilidade da Câmara dinamizar a habitação jovem no Centro Histórico, atenta a percentagem de prédios devolutos existentes, que podem ser adquiridos pela autarquia para o efeito.-----Tendo presente o reconhecimento da importância desta zona como um dos principais acessos à cidade disse que não era uma boa opção a decisão de condicionar o trânsito na zona norte da cidade, tal como manifestado pelo Partido Social Democrata aquando da discussão do Pólis.-----Terminadas todas as intervenções, usou da palavra o **Sr. Presidente** para prestar alguns esclarecimentos, assim:-----Reportou-se à intervenção do membro João Bastos concordando que o Plano de Salvaguarda em vigor tem que ser interpretado à luz dos conceitos que existiam à 20 anos atrás em vigor, e grande parte está desadequado. É demasiado de salvaguarda e muito conservacionista dado que impede toda e qualquer intervenção de adequação das casa à realidade actual.-----Informou que o plano vai entrar em discussão pública no dia 29 de Junho, e desde que não se registem alterações significativas, depois de ser presente ao Executivo, como já tem relatório de aprovação final da CCDR, não deverá necessitar de nova aprovação pelo que deverá seguir os trâmites normais e entrar em vigor em 2010.-----No que se refere ao Pateo da Josefa, reafirmou a quer a equipa de projectistas quer a DOT estudaram a possibilidade de inserir estacionamento, e entendeu-se que não se justificava, mantendo-se o pateo como estava e com as espécies arbóreas que lá existem.-----

-----Relativamente às sugestões do membro Gonçalo Patrocínio esclareceu que estão somente a aprovar a ARU. Os valores descritos na informação, são uma possibilidade legal e não uma proposta do Executivo. Nesse sentido os serviços técnicos estão a fazer um levantamento exaustivo que possa permitir ao Executivo tomar uma decisão futura.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta de implementação de ARU (Área de Reabilitação Urbana) para o Centro Histórico de Torres Vedras, ao abrigo do n.º 24 do art.º 71.º do Decreto Lei n.º 215/89, na sua actual redacção;-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

**PONTO 4 - AUTORIZAR, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO, A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE**

**TORRES VEDRAS À ECOS – ASSOCIAÇÃO PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO NA ENERGIA E CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEIS;**-----

-----Presente ofício número 9651, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 9 de Junho, a remeter a proposta de adesão em epígrafe.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara fez uma breve apresentação da adesão, dando nota dos municípios que em conjunto fizeram uma candidatura à ECOS, que prevê uma série de obra e programas, a qual foi aprovada sendo esta a forma da mesma ser concretizada em termos administrativos.-----

-----O *membro Hugo Lucas* manifestou a sua satisfação com a proposta de adesão a uma associação da qual fazem parte sete municípios a nível nacional e que visa, a “Construção de uma Eco - Comunidade em rede, centrada nos domínios da energia e construção sustentáveis, que potencie a acumulação de conhecimento e a criação de produtos, serviços e soluções inovadoras e criativas, complementares entre si e replicáveis em diferentes locais, induzindo o desenvolvimento urbano, a emergência de novas funções económicas e a projecção internacional das cidades parceiras”.-----Reforçou que esta visão estratégica sai reforçada pelo próprio contexto económico mundial, por um lado pelo papel fundamental desempenhado pela energia, ainda mais quando o domínio de intervenção passa por energias renováveis seja, pilhas de hidrogénio, biocombustíveis, solar térmico e fotovoltaico, energia das ondas ou eólico offshore, ou pela construção sustentável no incentivo do uso de matérias primas locais, de sistemas de ventilação e iluminação naturais, de materiais reciclados e técnicas bioclimáticas.-----

-----Segundo afirmado por especialistas da economia internacional existe a necessidade de imaginar e criar novos negócios e actividades económicas, os quais, associados aos domínios de intervenção acima referidos, e desenvolvidas em diferentes escalas, que podem ir desde a região à moradia, aumentam significativamente a competitividade dos territórios.-----

-----Salientou que Torres Vedras arranca nesta associação com quatro projectos específicos, em concreto uma Eco-Urbe em Santa Cruz, o projecto “Mais Boavista” que contempla a reestruturação das Habitações Sociais na Boavista Olheiros, o Centro de Educação Ambiental, e um de Energias Renováveis que implica uma Plataforma Tecnológica de desenvolvimento destas energias.-----Enalteceu estes projectos os quais representam um motivo de orgulho para os torrienses uma vez que com eles o município tem a oportunidade de estar no topo do que de melhor se faz nesta área a nível mundial.-----

-----Por último incentivou a autarquia a desenvolver programas que levem à implementação de políticas ao nível de energias renováveis e construção sustentável, garantindo que esses programas abranjam todos, particulares e empresas, independentemente da sua dimensão ser micro, pequena, media ou

grande, espalhando o espírito dessas políticas por toda a população do município, porque só envolvendo todos conseguirão avançar mais rapidamente para um município sustentável.-----

-----O Presidente de Junta de Freguesia de Ponte do Rol *Sr. Pedro Vasa* registou a dinâmica da Câmara Municipal ao aderir a estas parcerias, às quais, no seu entender, as juntas de freguesia também se deviam poder associar.-----

-----Terminadas as intervenções passou-se de imediato à votação.-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade autorizar, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção, a adesão do Município de Torres Vedras à ECOS – Associação para a Competitividade e Inovação na Energia e Construção Sustentáveis.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

**PONTO 5 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;**-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Maio e Junho do corrente ano, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão, e à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do normativo legal em título. Informa que a dívida a fornecedores em 16 de Junho, ascendia a € 4.261.234,65, com saldo de tesouraria de €3.249.712,06.-----O

Presidente de Junta de Freguesia da Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa*, começou por ler a acta da última sessão da Assembleia no que se refere aos passeios que não estão previstos, na freguesia que preside, reafirmando a importância da EN9 e reforçou o seu pedido de apoio. -----

-----Apelou ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de que sejam executados os passeios e valetas que estão por fazer, referindo o ofício que recebeu em 19 de Maio a indicar que a Câmara não dispõe de mais verbas.-----

-----O *Sr. João Bastos* reportou-se aos registos de processos novos e loteamentos apresentados na exposição em apreço para referir que os mesmos se devem à crise que o país está a atravessar.

-----Sabem que vão ser feitas menos obras e sabem que se trata de um sector muito importante da actividade económica do concelho, quer a nível de quantidade de empregos que gera mas também pela receita que origina para a autarquia.

-----Assim, lembrou uma proposta de redução das taxas, feita à uns meses atrás por iniciativa do Vereador Luís Carlos Lopes no sentido de incentivar o levantamento de licenças que estão por levantar, para ver se há um relançar da

actividade económica, que não foi aprovada pelo Executivo, e à qual o edil respondeu que o que era necessário era vender as casas, em vez de baixar as taxas, sugerindo que Câmara Municipal pondere essa proposta.-----O Presidente de Junta de Freguesia de Carvoeira, **Sr. José Manuel Cristóvão** apelou que a autarquia interceda junto da Estradas de Portugal, no sentido de proceder à limpeza e desmatação das bermas na EN9, que se encontram em mau estado.-----Alertou também que a Águas do Oeste quando executa o saneamento danifica as estradas mas nunca volta a repor o pavimento, e era importante que se prestasse a devida atenção a este assunto.-----O **Sr. Hugo Martins** manifestou a sua preocupação com os elevados índices de abstenção que se verificaram no último acto eleitoral referente ao Parlamento Europeu uma vez que considera o exercício de voto uma pedra basilar da democracia.-----Aproveitou para se congratular com os resultados eleitorais, os quais foram, no seu entender, um cartão amarelo à política governamental e quiçá camarária.-----O **Sr. Marco Claudino** lembrou que no início do mandato, alertou para o estado caótico em que se encontravam as estradas na Aldeia Grande, Freguesia do Maxial, as quais, passados três anos e embora na altura a resposta do edil tenha sido de que seriam intervencionadas tão breve quanto possível, ainda se encontram mais deterioradas.-----Frisou que não vale a pena vangloriarem-se com prémios ambientais, tal como mencionado pelo colega Paulo Bento, quando o que é básico no concelho permanece por fazer. É vergonhoso o estado em que se encontram as estradas do nosso concelho.-----Assim, por este ser o “ano do alcatrão”, por causa das eleições, e se se verificar o que ocorreu à 5 anos atrás, solicitou que melhorem as estradas porque nada foi feito, porque as populações merecem e pagam impostos nesse sentido.-----

-----Tendo presente que a estrada que liga Torres Vedras ao Cadaval, há dezenas de anos que não sofre qualquer melhoramento, questionou se já foi feita alguma diligência por parte da autarquia junto do governo para melhorar esta estrada-----

-----Para responder a esta intervenção usou da palavra o Presidente da Junta de Freguesia do Maxial **Sr. Celso de Carvalho** indicando que o alcatroamento da Aldeia Grande estava escalonado para 2008, pelo que não está assim tão atrasado.-----Esclareceu que o atraso decorreu do facto de os moradores desta localidade não terem solicitado as ligações dos esgotos para a Etar aos SMAS, pelo que optaram por aguardar uma vez que esses trabalhos estragariam o alcatrão caso fosse executado como planeado.-----

-----Quanto à 115-2 informou que a requalificação está em fase de projecto, tendo dado conhecimento do mesmo à Assembleia de Freguesia e remetido à Câmara Municipal uma carta de

recomendações, a qual está a trabalhar com a EP e o processo está a seguir os tramites normais.-----Terminadas as intervenções teve palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos

assim:-----Informou que toda a estrada 115-2 foi toda requalificada apenas há 4 anos no sentido de a entregar à Câmara Municipal desclassificada, entendendo a EP que aquela seria a obra de requalificação que a autarquia pretendia. Na altura disseram que não era suficiente só um novo tapete e que para a receberem teria que ser melhorada também no seu perfil.-----Mais informou que recentemente tem trabalhado em parceria no sentido da EP a requalificar, e a autarquia já elaborou um estudo prévio, o qual envolve uma verba muito superior à que a EP avaliza por quilómetro. Estão a negociar no sentido da mesma ser desclassificada, o que esperam concretizar apesar da avultada verba que envolve este processo.-----

-----Prosseguiu frisando que ainda é do tempo que vergonha é roubar, mas o membro Marco Cláudio é do tempo que vergonha é roubar e ser apanhado, e ao que chama uma vergonha, é uma bandeira da Câmara Municipal de Torres Vedras e estavam a falar de saneamento.-----Deu nota que aos dias de hoje o concelho possui 70% do saneamento com redes separativas e quando o saneamento da Carvoeira, Carmões e de Dois Portos, que já está adjudicado, ficar concluído em 2011, ficarão com 90% o que é difícil de se verificar em outro concelho do país.----- -----Registou que Matacães tem cerca de 60% do seu território sem redes separativas, situação que tem que ser resolvida, porque não é admissível, mas não é uma vergonha, até porque em termos globais Torres Vedras é um município de referência em termos de saneamento.-----

-----Quanto à falta de saneamento no Vale da Azenha, referida pelo autarca Paulo Bento no período antes da ordem do dia, confirmou que está em falta mas ele sabe que está acordado com os SMAS executá-lo no corrente ano.-----

-----Relativamente à Aldeia Grande explicou que no início do ano foi combinado fazer o seu alcatroamento, e fez-se um compasso de espera porque os moradores não tinham solicitado aos SMAS as ligações. No entanto o alcatroamento está escalonado para a 2.ª semana de Julho, e tem conhecimento do mau estado em que a estrada se encontra, mas não é vergonha nenhuma, porque tem o saneamento feito.-----

-----Deu nota também que o programa combinado no início do ano para a Ponte do Rol está a ser cumprido. Todos os trabalhos extras que surgem têm que ser analisados, e a autarquia pode ou não responder. Indicou que as receitas previstas no orçamento para 2009 são fixas, mas podem ir buscar verbas que estão orçamentadas para a Ponte Rol, e direccioná-las para fazer os passeios. Reforçou que é uma situação

que tem que ser aferida com o Presidente de Junta, porque a Câmara não tem mais dinheiro.-----

Sobre a sugestão do membro João Bastos, esclareceu, tal como tinha feito na reunião de Câmara, que o valor das taxas que a autarquia cobra não têm expressão no preço final dos andares ou dos lotes, e também não é esta a razão de levantarem ou não os processos de obras.-----

Informou que existem cerca de 900 a 1000 processos aprovados para serem levantadas as licenças e no seu entender é uma questão de mercado.-----

----Prosseguiu indicando que está pronto para discutir com os projectistas e com os empreiteiros a percentagem de “taxas/preço do projecto/preço cobrado ao cliente”, e aferir quem é que leva mais caro.-----

----Lembrou que estão isentos de pagamentos de taxas municipais os licenciamentos na em área industrial, assim como toda e qualquer construção na zona histórica pelo que não será pelo preço das licenças que não haverá empresas a instalarem-se no concelho ou construção no Centro Histórico-----Exemplificou ainda com um concurso que a Câmara já abriu duas vezes, para adjudicação dos lotes do Mercado Municipal a preço zero de aquisição, em que o promotor só terá que entregar o rés-do-chão, o qual ficou deserto ambas as vezes, portanto não é uma questão de

taxação, mas de mercado.-----

----Sobre EN9 e a Águas do Oeste, tomou nota e irá avaliar a situação.-----

----Pedi o uso da palavra o Presidente de Junta do Ramalhal **Sr. Espírito Santo** para alertar que nas aldeias as pessoas ligam as águas dos quintais ao saneamento doméstico, o que acarreta alguns problemas nas zonas baixas, e entende que devia haver fiscalização reforçada e campanhas de sensibilização.-----

----Deu nota ainda que as águas das chuvas são indevidamente encaminhadas para as Etares, o que custa dinheiro à autarquia.-----O

Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento** registou com apraz a postura e rigor do edil quer perante o autarca da Ponte do Rol, quer perante os seus colegas de bancada, uma vez que é obvio que o dinheiro não chega para tudo e terá que ser encontrado uma solução para resolver os problemas em causa. -----

----Deu nota que a Câmara Municipal cumpriu o que planeou no inicio do ano dentro dos prazos estabelecidos, e ao nível das estradas será uma questão de entendimento.-----

----Enalteceu esta postura do edil a qual espera que faça prática.-----

----O autarca da Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** para complementar a sua intervenção anterior, disse que a 4.ª faixa da EN9 está a ser construída às custas da Ponte do Rol e de S. Pedro da Cadeira. A 4ª

faixa é obra estruturante, pelo que devia haver concurso para a mesma, e não custeá-la com os montantes das obras a mais.-----O membro **Marco Claudino** pediu para intervir para esclarecer que se referia à requalificação do traçado da estrada 115-2 e não ao pavimento. -----Reportando-se à referencia do edil que na sua geração “vergonha é roubar, na dele é roubar e ser apanhado”, o que denota a sua ideia da juventude actual, ele tem a convicção que na sua geração vergonha é prometer, cumprir e não assumir.-----

**APROVAÇÃO DA ACTA EM**

**MINUTA:**-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino, a aprovação em minuta da acta da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correcções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----  
-----Pelas 01.00 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---